

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 4-6-1998
Balço Patrimonial - Hospital Regional de Jundiá - Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Hospital Regional de Jundiá

CNPJ nº 09.538.688/0009-90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais - R\$)				Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais - R\$)							
Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Receitas operacionais	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante				Passivo circulante				Receitas operacionais			
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	2.550.767	2.260.247	Fornecedores	8	3.534.367	2.966.165	Recursos dos contratos de gestão - estadual	16	53.151.412	38.302.545
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	5	-	94.360	Obrigações trabalhistas	9	2.393.323	1.786.210	Receitas com doações		46.570	85.172
Estoques	6	631.904	464.837	Obrigações tributárias	10	228.708	203.697	Outras receitas		16.780	55.522
Créditos diversos		57.060	27.087	Outras contas a pagar - partes relacionadas	11	-	1.056.203			53.214.762	38.443.239
Total do ativo circulante		3.239.731	2.846.531	Receita diferida		39.117	-	Receitas (despesas) operacionais			
Ativo não circulante				Outras contas a pagar		2.556	3.679	Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	17	(47.261.682)	(33.263.811)
Depósitos judiciais		102.425	96.481	Total do passivo circulante		6.198.071	6.015.954	Utilidade pública	18	(1.210.382)	(897.395)
Imobilizado	7	5.792.573	6.211.205	Passivo não circulante				Serviços profissionais	19	(3.018.447)	(913.656)
Total do ativo não circulante		5.894.998	6.307.686	Provisão para demandas judiciais	12	259.403	89.846	Contingências	12	(204.774)	(56.488)
Total do ativo		9.134.729	9.154.217	Subvenções de investimentos a realizar	13	-	61.867	Depreciações	7	(978.422)	(943.621)
				Subvenção de bens a apropriar-imobilizado	14	5.660.831	6.126.034	Outras (despesas) operacionais, líquidas	20	(911.190)	(543.665)
				Receita diferida		78.234	-	(53.584.897)	(36.618.636)		
				Outras contas a pagar-partes relacionadas	11	727.646	485.097	(Déficit) superávit operacional antes do resultado financeiro		(370.135)	1.824.603
				Total do passivo não circulante		6.726.114	6.762.844	Despesas financeiras	21	(6.738)	(37.094)
				Patrimônio líquido	15			Receitas financeiras	21	211.998	76.611
				(Déficits) acumulados		(3.624.581)	(5.488.701)	Receitas financeiras, líquidas	21	205.260	59.517
				(Déficit) superávit do exercício		(164.875)	1.864.120	Déficit (superávit) do exercício		(164.875)	1.864.120
				Total do patrimônio líquido		(3.789.456)	(3.624.581)				
				Total do passivo e do patrimônio líquido		9.134.729	9.154.217				

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais - R\$)		
(Déficits) acumulados	(Déficit) do exercício	Total
(4.565.001)	(923.700)	(5.488.701)
(923.700)	923.700	-
-	1.864.120	1.864.120
(5.488.701)	1.864.120	(3.624.581)
1.864.120	(1.864.120)	-
-	(164.875)	(164.875)
(3.624.581)	(164.875)	(3.789.456)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações financeiras "carve out" (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)		
---	--	--

1. Contexto operacional: O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais. **Hospital Regional de Jundiá:** Unidade inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0009-90, localizada na Rua Campos Sales, nº 371, Vila Boavista, Jundiá. Em 11 de junho de 2014 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 001.0500.000.025/2014 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a partir de 12 de junho de 2014 por 5 anos. O repasse de janeiro a dezembro de 2018 deste instrumento foi de R\$ 52,6 milhões. Para 2019 de janeiro a maio o montante estimado é de R\$ 25,2 milhões, após este período será aberto chamamento público pelo Estado de São Paulo para contratação de organização social para gerenciamento da unidade. **1.1. Plano da Administração para o Hospital Regional de Jundiá:** O Hospital Regional de Jundiá incorreu em déficit de R\$ 165 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elevando o seu patrimônio líquido deficitário de R\$ 3,6 milhões para R\$ 3,8 milhões. O passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 3,0 milhões. O Hospital Regional de Jundiá, conforme Termo de Retirificação ao Contrato de Gestão 02/18, implantou projeto para realização de cirurgias cardíacas no mês de julho/2018, com inclusão gradativa de 2 cirurgias por mês entre julho e setembro/2018. Desta forma, passou a realizar 08 cirurgias cardíacas a partir de outubro/2018. Desde maio de 2018, a Secretaria Estadual de Saúde passou a repassar aportes adicionais de recursos para garantir as despesas pré-operacionais do projeto com aumentos gradativos atrelados as saídas hospitalares decorrentes da realização das cirurgias cardíacas. Sendo assim, o repasse mensal passou de R\$ 4,0 milhões em maio/18 a R\$ 4,7 milhões em setembro/18. A administração do Instituto tem como principal objetivo para 2019 a continuidade da parceria com a SES para esta unidade. Para isso vai participar do chamamento público, que ocorrerá no primeiro semestre de 2019, visando a renovação contratual para a partir de junho/2019. As ações acima, atreladas ao modelo de gestão que busca a equalização e controle efetivo dos gastos, trazem ao Hospital Regional de Jundiá a expectativa de reversão gradativa do passivo à descoberto. **2. Apresentação das demonstrações financeiras "carve out" e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Regional de Jundiá ("Entidade") que é gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladora do Instituto. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS's). Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão. A emissão das demonstrações financeiras "carve out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram aprovadas pelo Conselho da Administração do Instituto em 27 de março de 2019. As mudanças introduzidas pela adoção das novas normas contábeis CPC48/IFRS 9 Instrumentos financeiros e CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com clientes não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações a partir de 1º de janeiro de 2018 não causaram efeito nos saldos contábeis correntes e comparativos. O detalhamento está apresentado na nota explicativa nº 2e. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras "carve out" são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras "carve out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 7** - valor residual do ativo imobilizado; e **Nota explicativa 12** - provisão para demanda judicial. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	31/12/2018	31/12/2017	
(Déficit) superávit do exercício	(164.875)	1.864.120	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	(164.875)	1.864.120	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em Reais - R\$)			
	31/12/2018	31/12/2017	

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2018	31/12/2017
Das operações sociais:		
(Déficit) superávit do exercício	(164.875)	1.864.120
Ajustes por:		
Provisão para contingências	204.774	67.533
Depreciações	978.422	943.621
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos		
Recursos financeiros vinculados a projetos	(290.520)	(2.204.059)
Estoques	(167.067)	51.224
Créditos diversos	(29.973)	(13.870)
Depósitos judiciais	(5.944)	(47.383)
Recursos a receber de projetos - Contratos de gestão e convênios	94.360	(94.360)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	568.202	(576.712)
Obrigações trabalhistas	607.113	334.222
Obrigações tributárias	25.011	25.571
Contingências pagas	(35.217)	-
Outras contas a pagar	(1.123)	2.304
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado	(1.024.993)	(1.028.792)
Subvenções de Investimentos à Realizar	(61.867)	58.512
Receita Diferida	117.351	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	813.654	(618.069)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado	559.790	705.991
Adições no imobilizado	(559.790)	(705.991)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de recursos com partes relacionadas	-	618.069
Pagamento de recursos com partes relacionadas	(657.186)	-
Transferência de recursos para outras partes relacionadas	(156.468)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	(813.654)	618.069
Variação de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	-	-

depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativas são as seguintes:

Anos	
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos médicos	10
Máquinas e equipamentos em geral	10
Software e hardware	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **e. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **g. Provisão para demandas judiciais:** O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **i. Subvenções governamentais:** Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio firmados com a prefeitura, são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma: **Subvenção para custeio** - Reconhecida como receita do exercício para fase às despesas incorridas. **Subvenção para investimentos** - relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos à realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo >>>

»» do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **j. Apuração do resultado do exercício:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos ente público geralmente no início do mês seguinte à competência. **k. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve out". **l. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O recurso a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ou VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2018 o Instituto não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018: • Ativos financeiros a VJR - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado. • Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é classificado no resultado. • Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em JORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018:** O Instituto classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: - empréstimos e recebíveis; - Ativos financeiros mantidos até o vencimento; - ativos financeiros disponíveis para venda; e - ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018.** - ativos financeiros a VJR: Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita, foram reconhecidos no resultado. - Empréstimos e recebíveis: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. - ativos financeiros mantidos até o vencimento: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Pas-**

ativos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento:** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **p. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: IFRS 16 Leases - "Arrendamento Mercantil":** Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS16 não tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Instituto no período de aplicação inicial. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Instituto está em processo de avaliação, mensuração dos impactos e aplicação dos requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, porém a Administração não espera ter grandes impactos em relação a mensuração do ativo de arrendamento, uma vez que todos imóveis são propriedades dos entes públicos (Administrados pelo Instituto via contratos de gestão).

4. Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	3.000	3.704
Aplicações financeiras	2.547.767	2.256.543
	<u>2.550.767</u>	<u>2.260.247</u>

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 81% a 84% do CDI (em 2017 a remuneração ficou em 85% a 95% do CDI). **5. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios:**

	31/12/2018	31/12/2017
Hospital Regional de Jundiá	-	94.360

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber		Recursos de Custo	
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Hospital Regional de Jundiá	94.360	-	52.607.494	-

Recursos Recebidos	Recursos Recebidos		Recursos a Receber	
	- Investimentos	- Custo	31/12/2018	31/12/2017
	(528.864)	(52.172.990)	-	-

Unidades	Recursos a Receber		Recursos de Custo	
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Hospital Regional de Jundiá	-	-	37.358.924	-

Recursos Recebidos	Recursos Recebidos		Recursos a Receber	
	- Investimentos	- Custo	31/12/2017	31/12/2018
	681.432	(37.945.996)	94.360	-

6. Estoques:

Unidades	31/12/2018		31/12/2017	
	Saldo em	Saldo em	Saldo em	Saldo em
Gêneros alimentícios, roupa, uniformes e outros	595.419	442.782	-	-
Medicamentos, materiais médicos-cirúrgicos e enfermagem	36.485	22.055	-	-
	<u>631.904</u>	<u>464.837</u>	-	-

estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem acréscimo legais de multas, juros ou quaisquer outras taxas, obtendo, na maioria dos casos, êxito nas negociações, escalonando os pagamentos e cumprindo com os parcelamentos acordados.

7. Imobilizado:

Unidades	Taxas anuais de depreciação		Depreciação acumulada		2018	2017
	10%	20%	2018	2017		
Móveis e utensílios	1.267.824	(506.459)	761.365	845.934		
Máquinas e equipamentos médicos	8.087.215	(3.319.502)	4.767.713	5.033.430		
Máquinas e equipamentos em geral	241.342	(43.775)	197.567	194.791		
Software e hardware	375.424	(309.496)	65.928	137.050		
Total	9.971.805	(4.179.232)	5.792.573	6.211.205		

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas nos quadros abaixo:

9. Obrigações trabalhistas:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para férias e encargos sobre férias	1.313.298	1.011.471
Salários e ordenados a pagar	737.230	539.884
Contribuições e encargos sociais	342.795	234.855
	<u>2.393.323</u>	<u>1.786.210</u>

Custo	Saldo em		Saldo em	
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Móveis e utensílios	1.229.446	38.378	-	1.267.824
Máquinas e equipamentos médicos	7.593.568	493.647	-	8.087.215
Máquinas e equipamentos em geral	216.877	24.465	-	241.342
Software e hardware	372.124	3.300	-	375.424
Total custo	9.412.015	559.790	-	9.971.805
Depreciação				
Móveis e utensílios	(383.512)	(122.947)	-	(506.459)
Máquinas e equipamentos médicos	(2.560.138)	(759.364)	-	(3.319.502)
Máquinas e equipamentos em geral	(22.086)	(21.689)	-	(43.775)
Software e hardware	(235.074)	(74.422)	-	(309.496)
Total depreciação	(3.200.810)	(978.422)	-	(4.179.232)
Saldo líquido	6.211.205	(418.632)	-	5.792.573
	Saldo em	Saldo em		
	31/12/2016	31/12/2017		
Custo	Reapresentado			
Móveis e utensílios	1.068.089	161.357	-	1.229.446
Máquinas e equipamentos médicos	7.244.128	349.440	-	7.593.568
Máquinas e equipamentos em geral	21.683	195.194	-	216.877
Software e hardware	372.124	-	-	372.124
Total custo	8.706.024	705.991	-	9.412.015
Depreciação				
Móveis e utensílios	(268.624)	(114.888)	-	(383.512)
Máquinas e equipamentos médicos	(1.824.131)	(736.007)	-	(2.560.138)
Máquinas e equipamentos em geral	(3.785)	(18.301)	-	(22.086)
Software e hardware	(160.649)	(74.425)	-	(235.074)
Total depreciação	(2.257.189)	(943.621)	-	(3.200.810)
Saldo líquido	6.448.835	(237.630)	-	6.211.205

10. Obrigações tributárias:

	31/12/2018	31/12/2017
INSS pessoa jurídica	21.663	45.443
ISS	4.616	3.837
PIS / COFINS / CSLL	174.246	135.115
IRRF	28.183	19.302
	<u>228.708</u>	<u>203.697</u>

11. Outras contas a pagar - Partes relacionadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sirio-Libanês (a)	727.646	1.384.832
Instituto de Responsabilidade Social Sirio-Libanês (matriz) (b)	-	156.468
Total	727.646	1.541.300
Passivo circulante	-	1.056.203
Passivo não circulante	727.646	485.097

As transações entre partes relacionadas referem-se as transferências de recursos entre as filiais para suprir necessidades de caixa. As transações não possuem contratos com vencimento, juros e garantias. (a) Aporte emergencial realizado pela Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sirio Libanês para suporte financeiro da unidade. Durante o exercício de 2018 o Hospital Regional de Jundiá quitou R\$ 657.186 de suas obrigações com a Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sirio Libanês. (b) Durante o exercício de 2018 a Hospital Regional de Jundiá transferiu R\$ 156.468 de saldo a pagar a Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sirio Libanês a unidade matriz. Dessa forma, a unidade matriz passou ser a nova detentora dessa obrigação. **12. Provisão para demandas judiciais:**

	2018	2017
Provisão para demandas judiciais	259.403	89.846

O Instituto é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

8. Fornecedores:

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	3.534.367	2.966.165
Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares. Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:		
Vencidos (a)	74.971	110.112
A vencer até 30 dias	3.240.359	2.631.757
A vencer de 31 à 180 dias	219.037	224.296
	<u>3.534.367</u>	<u>2.966.165</u>

(a) A administração passou a negociar junto aos credores, no sentido de

Trabalhistas	2018		2017	
	Saldo em	Saldo em	Saldo em	Saldo em
	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
	89.846	248.419	(43.645)	(35.217)
				259.403

Trabalhistas	2018		2017	
	Saldo em	Saldo em	Saldo em	Saldo em
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
	22.313	179.386	(111.853)	-
				89.846

O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2018 são: trabalhistas R\$ 415.478, (R\$ 1.034.333 em 2017) e cíveis R\$ 773.762 (R\$ 1.441.880 em 2017). Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Os processos relacionados à natureza cível têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros. Em 2018, o Instituto em conjunto com seus assessores jurídicos revisaram as contingências classificadas com risco de perda possível. Nessa avaliação foi identificada a necessidade de reclassificação, principalmente das causas trabalhistas onde os pedidos de indenização versam sobre várias temas sendo que cada tema possui um nível diferenciado de

risco. Com isso, o montante de causas com risco possível foi sensivelmente reduzido. Ressaltamos que essa revisão não afetou de forma relevante o nível de provisionamento das causas de risco de perda provável, uma vez que as causas de risco possível, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não requerem o provisionamento. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados.

13. Subvenções de investimentos à realizar:

	31/12/2018	31/12/2017
Subvenção de investimentos à realizar	-	61.867

	Saldo em Recebimento		Saldo em	
	31/12/2017	31/12/2018	de recursos	Consumo
Subvenção de investimentos à realizar	61.867	-	(61.867)	-

	Saldo em Recebimento		Saldo em	
	31/12/2016	31/12/2017	de recursos	Consumo
Subvenção de investimentos à realizar	3.355	681.432	(622.920)	61.867

Referem-se aos recebimentos da Secretária de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, classificados como investimentos para aquisições de equipamentos para as unidades, vide nota explicativa nº 5. **14. Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado:**

	31/12/2018	31/12/2017
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	5.660.831	6.126.034

	Movimento de 2018		Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Total de Depreciação	
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	6.126.034	513.219	(978.422)
			<u>5.660.831</u>

	Movimento de 2017		Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Total de Depreciação	
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	6.448.835	620.820	(943.621)
			<u>6.126.034</u>

As subvenções para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 7. **15. Patrimônio líquido:** Conforme Estatuto Social da Instituição, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão. **Remuneração da administração:** O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho fiscal, de deliberativo, de administração e diretoria de senhoras. **16. Recursos dos contratos de gestão - estadual:**

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas com contrato de gestão Estadual	-	-
- Hospital Regional de Jundiá (a)	52.172.990	37.358.924
Receita com Subvenção de Imobilizado	978.422	943.621
	<u>53.151.412</u>	<u>38.302.545</u>

(a) As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretária de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 5. **17. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos:**

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal e encargos	(15.240.543)	(10.491.175)
Materiais de consumo	(1.730.116)	(622.408)
Segurança e vigilância	(584.999)	(550.756)
Higiene e limpeza	(1.991.679)	(1.504.267)
Nutrição	(2.179.330)	(1.428.368)
Serviços médicos	(20.734.593)	(14.622.152)
Medicamentos e materiais	(4.377.176)	(3.767.691)
Lavanderia e roupa	(423.246)	(276.994)
	<u>(47.261.682)</u>	<u>(33.263.811)</u>

18. Utilidade pública:

	31/12/2018	31/12/2017
Energia elétrica	(631.233)	(454.665)
Água	(395.896)	(325.649)
Telecomunicações	(83.281)	(65.238)
Gás natural	(97.140)	(50.151)
Combustíveis e lubrificantes	(2.832)	(1.692)
	<u>(1.210.382)</u>	<u>(897.395)</u>

>>> **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras "carve out" foi:

	2018	2017	Classificação
Recursos financeiros vinculados à projetos	4	2.550.767	2.260.247
Recursos a receber de projetos			
- contratos de gestão e convênios	5	-	94.360
Outros ativos		57.060	27.087
Total	2.607.827	2.381.694	

Instrumentos financeiros "Não derivativos": Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se toma uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração do valor justo: **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos ou passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classifi-

cados em outras categorias:

	2018	2017	Classificação
Ativos			
Recursos financeiros vinculados à projetos	2.550.767	2.260.247	Custo amortizado
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	-	94.360	Custo amortizado
Créditos diversos	60.346	27.087	Custo amortizado
Passivos			
Fornecedores	3.534.367	2.966.165	Outros passivos
Outras contas a pagar	2.556	3.679	Outros passivos
Outras contas a pagar - partes relacionadas	727.646	485.097	Outros passivos

23. Tributos e contribuições: Imposto de renda e contribuição social: Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal. **COFINS:** O Instituto é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03. **Renúncia fiscal:** Em atendimento à ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto 2016 aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, o Instituto apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2016 e de 2015. Estão detalhados os impostos e contribuições com seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Incidentes sobre a receita (ISS, PIS e COFINS - regime cumulativo); Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL). **ISS sobre a receita (ISSQN):** A Lei nº 16.127/2015 e Decreto nº 56.302/2015, art. 3º, estabelece que ficarão isentas do Imposto sobre

Serviços de Qualquer Natureza - ISS as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais, estabelecidas no Município de São Paulo, que celebrem, com a Administração Pública Direta e autarquias da União, do Município de São Paulo, contrato de gestão com vistas à formação de parceria entre as partes para o fomento e execução de atividades dirigidas às áreas de cultura. A legislação garante isenção de ISSQN sobre os repasses do contrato de gestão. Em 14 de novembro de 2017 foi aprovado a Lei 16.757/2017 que determinou para as OS's estabelecidas no município de São Paulo a isenção de apenas 60% do imposto devido e fixou a alíquota efetiva mínima em 2%, exigível a partir de 2018. A Administração, até a presente data, aguarda posicionamento de sua assessoria jurídica, em relação a lei supracitada, para definição quanto ao provisionamento e recolhimento. **24. Isenção de INSS cota patronal:** Em 18 de setembro de 2015 o Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, segundo o qual, a partir da publicação em Diário Oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPPAS (5,8%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,96%. Essa isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação (ocorrida em 21 de setembro de 2015). O Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS protocolou requerimento de renovação em 07/08/2018, conforme SEI nº 25000.136428/2018-58, o qual encontra-se em análise. Ainda em relação à condição de tempestividade da entidade, cumpre-nos citar o disposto no § 3º do artigo 8º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, ao dispor que: "8º o protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova da certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador".

Lilian Cury Presidente do Conselho Administrativo do Instituto	Paulo Chapchap Membro do Conselho Administrativo do Instituto
Francies Regyanne Oliveira Diretora Executiva Interina	Cláudio Augusto Generoso Gerente Financeiro e Contábil
Ricardo Briquenzi Bezerra Contador - CRC 1SP250100/O-3	

Relatório do Auditor Independente

Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS, gestor do Hospital Regional de Jundiaí. Jundiaí/SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" do Hospital Regional de Jundiaí ("Entidade") filial do Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Regional de Jundiaí filial do Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras "carve out":** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Conseqüentemente, essas demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Ênfase - Reequilíbrio econômico de contrato de gestão junto a Secretaria Estadual da Saúde:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que indica que em 31 de dezembro de 2018 o contrato de gestão junto à Secretaria Estadual da Saúde apresentava deficiência de capital de giro de R\$ 2.958.340 e patrimônio

líquido negativo em R\$ 3.789.456. O Instituto vem buscando alternativas junto à Secretaria Estadual da Saúde visando a renegociação dos valores dos repasses do contrato de gestão para equalizar os seus fluxos financeiros. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não houve desfecho desse assunto. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - restrições sobre uso e distribuição:** As demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas foram elaboradas pela administração do Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde. Conseqüentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS, Hospital Regional de Jundiaí e Secretaria Estadual da Saúde. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out":** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out":** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de

uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out". Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 5 de abril de 2019.
KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6
Marcos A Boscolo - Contador CRC 1SP198789/O-0

Instituto de Responsabilidade Social SÍRIO-LIBANÊS – Hospital Regional de Jundiaí

CNPJ nº 09.538.688/0009-90

Relatórios de Atividades Assistenciais

Demonstrativo de Produção Assistencial: Demostramos abaixo o relatório de execução técnica, referente a produção assistencial do exercício de 2018, referente ao contrato de Gestão nº 001.0500.000.025/2014.

271 - Consultas Médicas	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Primeiras Consultas Rede	5.400	7.154	5.400	6.106
Interconsultas	3.900	4.952	3.900	4.977
Consultas Subseqüentes	7.800	9.679	7.800	10.099
Total	17.100	21.785	17.100	21.182

275 - SADT Externo	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	720	629	720	623
Diagnóstico por Tomografia	2.160	2.093	2.160	2.159
Diagnóstico por Endoscopia	840	783	840	813
Métodos Diagnósticos em Especialidades	1.200	1.076	1.200	1.106
Total	4.920	4.581	4.920	4.701

526 - Consultas Não Médicas	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Interconsultas	3.000	4.170	3.000	4.096
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	0	0	0	27
Total	3.000	4.170	3.000	4.123

183 - Internações	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Clínica Médica	480	532	480	602
Total	480	532	480	602

185 - Urgência / Emergência	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Consultas de Urgência	480	506	480	533
Total	480	506	480	533

322 - Hospital Dia Cirúrgico/ Cirurgias Ambulatoriais	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Cirurgia Hospital - Dia	1.152	1.013	1.152	1.146
Cirurgias Ambulatoriais	90	93	90	72
Total	1.242	1.106	1.242	1.218

470 - Saídas CC	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Eletivas	3.930	3.935	3.968	3.973
Total	3.930	3.935	3.968	3.973

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 24/05/2019 09:46:52.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 31056394] - www.imprensaoficial.com.br